

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima

6213 09.06.2017
Proc. Diversos 300/17
causa

Manuel Cunha Fernandes – Sociedade Unipessoal, Lda, contribuinte fiscal n.º 510 340 849, com sede na Rua de Vilar da Vila de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima, representada pelo sócio-gerente Manuel Cunha Fernandes, vem na qualidade de explorador da pedreira, sita no Lugar de Portela da Vila de Arcozelo neste concelho de Ponte de Lima, requerer a V. Ex.^a, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de Julho, deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do referido estabelecimento industrial de Exploração de Massas Minerais, pretendendo assim proceder à sua regularização e licenciamento.

Este pedido de reconhecimento de interesse público municipal é fundamentado pela firma em causa por se tratar de uma actividade exercida há mais de 22 anos, mantendo dois postos de trabalho directos, além do proprietário, sendo o vencimento que recebem pelo trabalho que executam, o único sustento dos seus agregados familiares. Com a melhoria das condições económicas que já se começa a sentir, após passada a crise que nos últimos anos atingiu o ramo da construção civil no nosso país, encontram-se neste momento em processo de recrutamento mais dois trabalhadores para preenchimento de postos de trabalho directos e permanentes, com a possibilidade de aumento deste número, uma vez que esta empresa já chegou a empregar 15 trabalhadores, todos postos de trabalho efectivos.


A matéria-prima que é fornecida pela empresa destina-se maioritariamente para o mercado nacional, nomeadamente este concelho, sendo que parte do produto fornecido, seja em estado natural ou transformado, é exportado para Espanha e França. O produto da actividade da mesma serve para diversos tipos de obras de construção civil, nomeadamente para a construção muros e colocação de pavimentações.

A empresa nos últimos três anos teve respectivamente a seguinte facturação: 38 871,17 €, 48.902,15 € e 46.019,40 €.

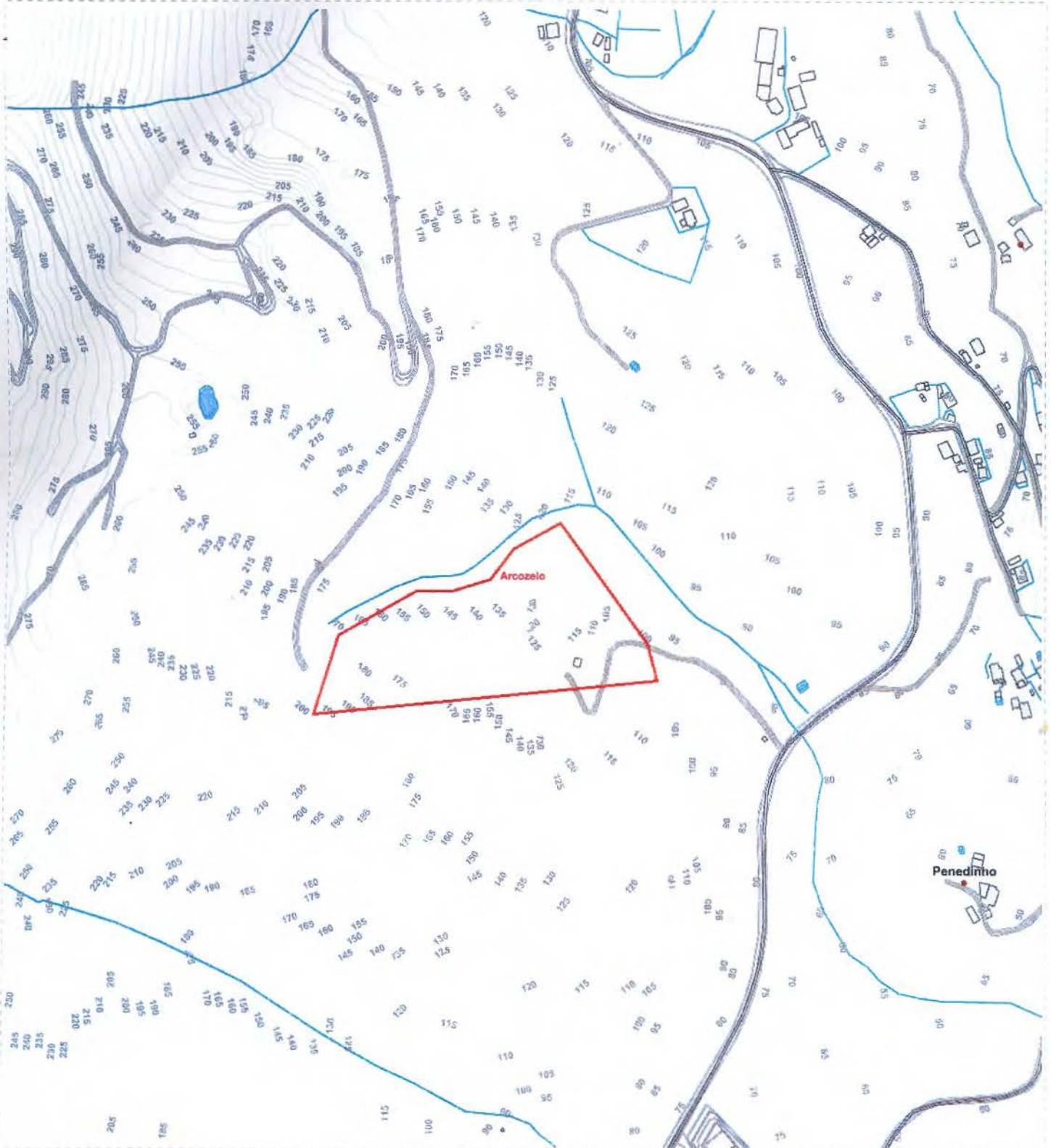
Anexa planta de localização, REN e PDM, ordenamento e condicionantes, onde está assinalada a localização do estabelecimento a regularizar.

Pede Deferimento.

Ponte de Lima, 08 de Junho de 2017.


Manuel Cunha Fernandes, Soc. Unip. Lda
Sociedade Unipessoal por Quotas
Cad. Soc. 150006
NIPC: 510 340 849
Telef./Fax: 258 742 203
Lugar Vilar - ARCOZELO
4990-262 Ponte de Lima

Planta de Localização



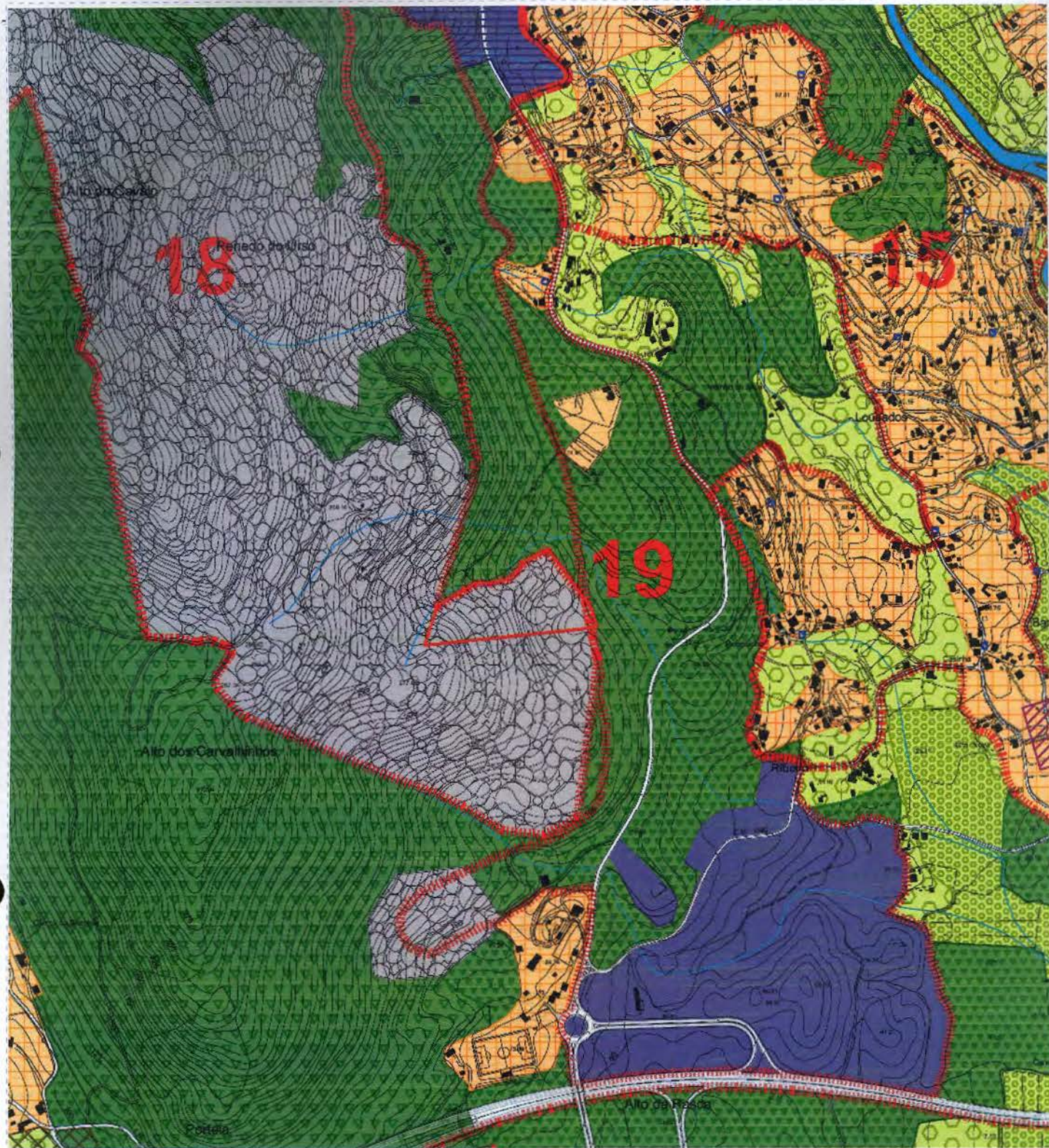
Autenticação: _____ Nº Doc: 19894

Divisão de P. Lima: 0.1 0.6 0.17

Q. Fundamentação

Válida após registo e a certificação dos Serviços Municipais.

Nome:	BI:	Data: 01/06/2017
Rua/Lugar:	NIF:	Página:
Freguesia:	Telemóvel:	
N.º Policia:	E-mail:	



Autenticação:
 Divisão de
 de P. Lima
 Nº Doc: 19893
 01 de 06 de 2017
 Q. Funcionário
 Valor após impressão e autenticação pelo Serviço Municipal.

Nome:

BI:

Data: 01/06/2017

Rua/Lugar:

NIF:

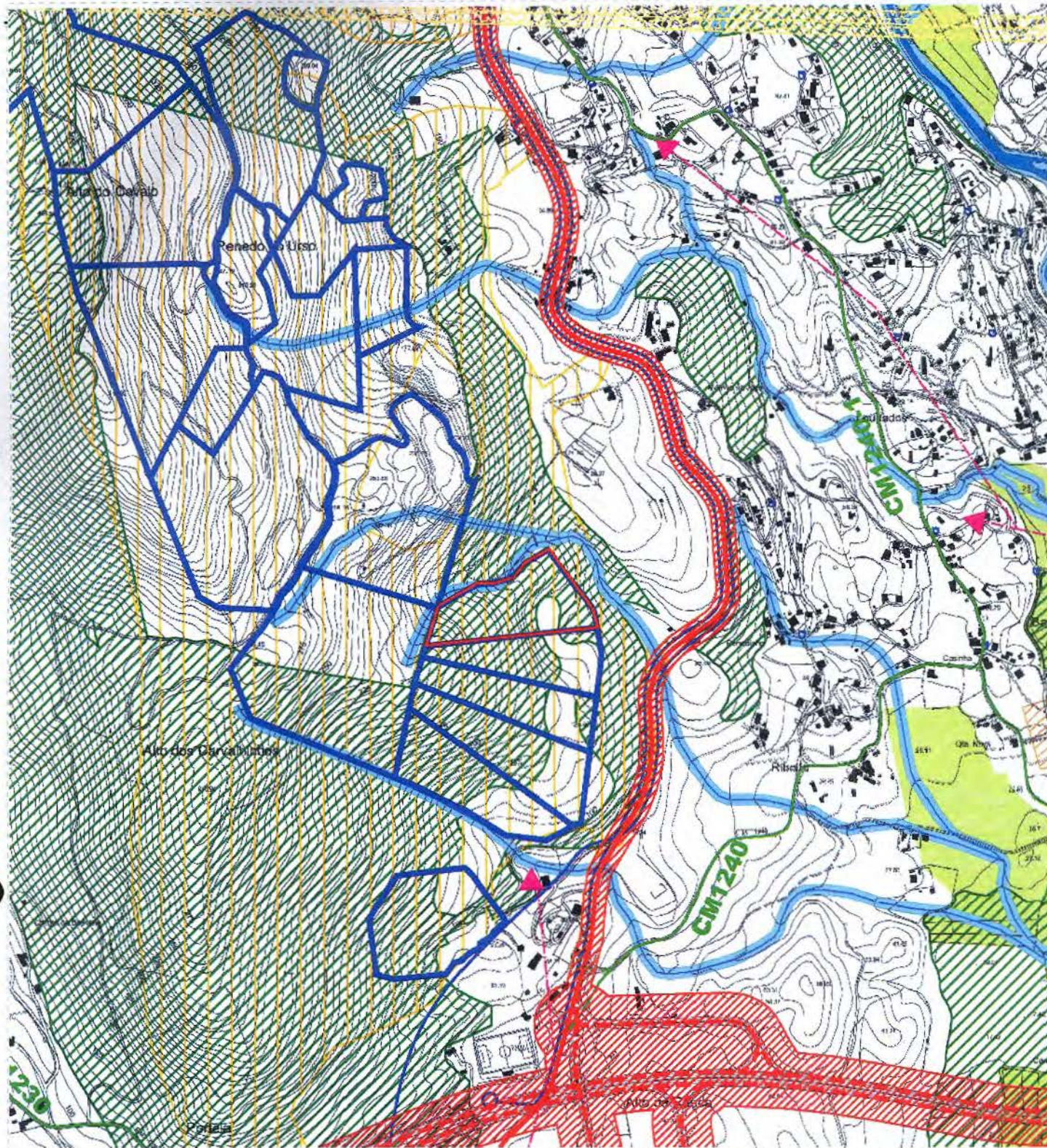
Página:1

Freguesia

Telemóvel:

N.º Policia:

E-mail:



Autenticação: Nº Doc:
 Divisão de Urbanismo e Obras Municipais
 de P. Lima, 01.06.2014 de 0.14
 O Funcionário
 [Signature]

Nome:

BI:

Data:

Rua/Lugar:

NIF:

Página:3

Freguesia

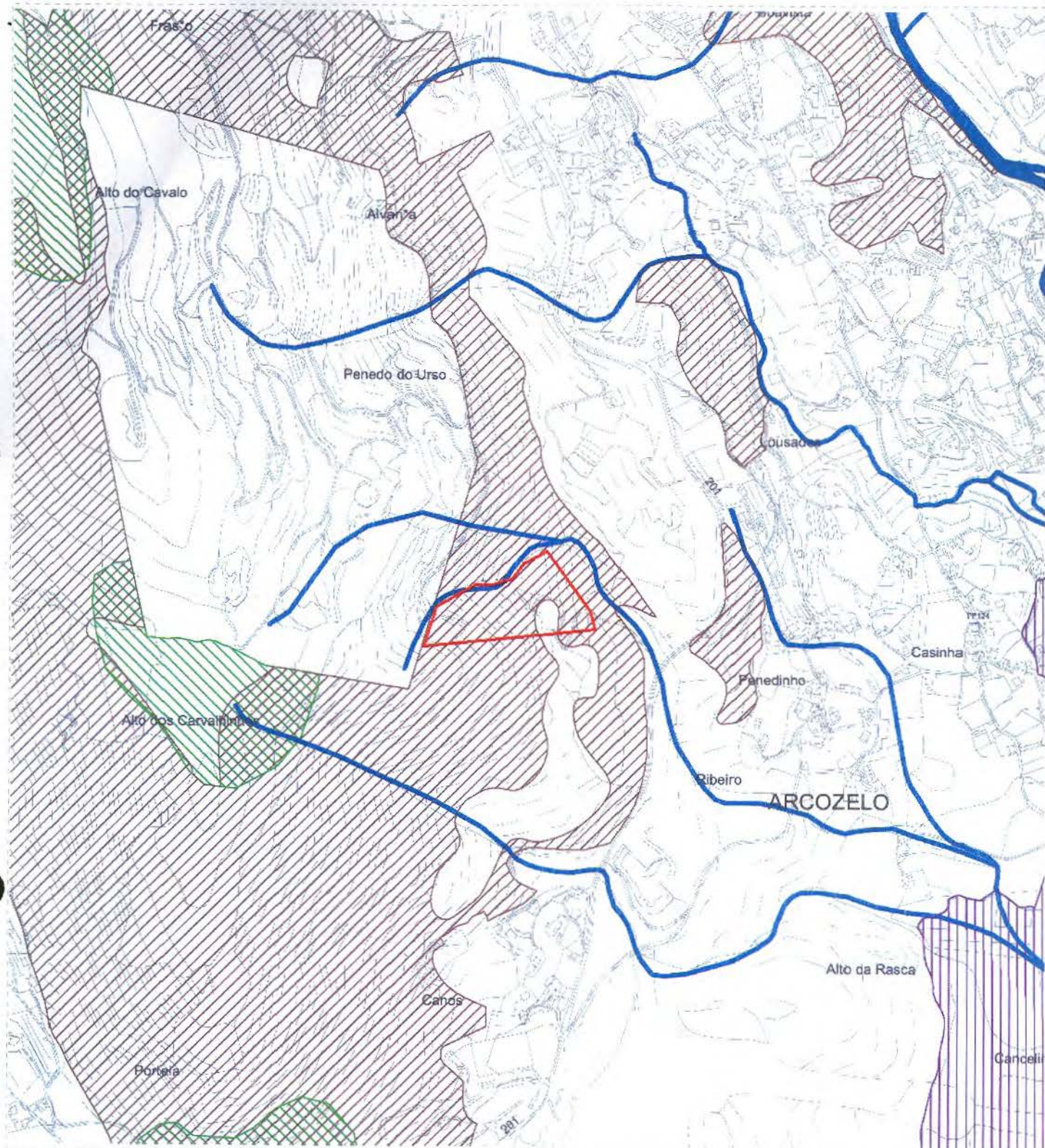
Telemóvel:

N.º Policia:

E-mail:

REN - Reserva Ecológica Nacional

Planta de REN de Ponte de Lima



Autenticação: Nº Doc:
Divisão:
de P. Lima: 01 de 06 de 2011
O Fundador:
[Signature]

Nome:
Rua/Lugar:
Freguesia:
N.º Policia:

BI:
NIF:
Telemóvel:
E-mail:

Data:
Página: 7

6/7

Acesso à Certidão Permanente



Certidão Permanente de Registos

< Voltar Sair

Certidão Permanente

Código de acesso: 7150-6656-1021

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel. (artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 510340849

Firma: MANUEL DA CUNHA FERNANDES, SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede: Lugar Vilar s/n Arcozelo Ponte de Lima

Distrito: Viana do Castelo **Concelho:** Ponte de Lima **Freguesia:** Arcozelo

4990 262 Arcozelo

Objecto: Serviços de terraplanagem, construção de muros e pavimentações. Extração e transformação de granito para a construção.

Capital: 5.000,00 Euros

CAE Principal: 43120-R3

CAE Secundário (1): 08112-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Forma de Obrigar: Com a intervenção de 1 gerente

Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: MANUEL DA CUNHA FERNANDES

NIF/NIPC: 154765937

Cargo: Gerente

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 1/20120712 15:20:33 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: MANUEL DA CUNHA FERNANDES, SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA

NIPC: 510340849

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: Lugar Vilar s/n Arcozelo Ponte de Lima

Distrito: Viana do Castelo **Concelho:** Ponte de Lima **Freguesia:** Arcozelo

4990 - 262 Arcozelo

OBJECTO: Serviços de terraplanagem, construção de muros e pavimentações. Extração e transformação de granito para a construção.

CAPITAL: 5.000,00 Euros

Data de Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 5.000,00 Euros

TITULAR: MANUEL DA CUNHA FERNANDES

NIF/NIPC: 154765937

Estado civil: Casado(a)

Nome do cônjuge: MARIA GABRIELA LIMA GONÇALVES FERNANDES

Regime de bens: Comunhão de adquiridos

Residência/Sede: Lugar Vilar S/N Arcozelo Ponte de Lima

4990 - 262 Arcozelo

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de 1 gerente

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: MANUEL DA CUNHA FERNANDES

NIF/NIPC: 154765937

Cargo: Gerente

Residência/Sede: Lugar Vilar S/N Arcozelo Ponte de Lima

4990 - 262 Arcozelo

Conservatória do Registo Predial/Comercial Ponte de Lima

O(A) Ajudante: Alberto da Cunha Nunes

An. 1 - 20120712 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Conservatória do Registo Predial/Comercial Ponte de Lima

O(A) Ajudante: Alberto da Cunha Nunes

Certidão permanente subscrita em 07-06-2017 e válida até 07-06-2018

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

< Voltar Sair



FREGUESIA DA VILA DE ARCOZELO

CONCELHO DE PONTE DE LIMA



VILA DE
ARCOZELO
TERRA DO GRANITO DAS PEDRAS FINAS

17

CERTIDÃO

-----JOÃO INÁCIO DOS REIS LOPES BARRETO, Presidente da Junta de Freguesia de Arcozele, vem, ao abrigo das competências próprias e delegadas pela Junta de Freguesia, emitir extrato certificado da ACTA N.º 234, de seis de novembro de 2012 e, referente à deliberação tomada sobre uma comunicação apresentada pela empresa FERNANDES, CUNHA & RODRIGUES, Lda. -----

-----Ponto seis da Ordem de Trabalhos: Apreciação e deliberação sobre a comunicação recebida da empresa Fernandes Cunha & Rodrigues, Lda., a solicitar que sejam autorizadas as alterações de titularidade dos contratos de arrendamento que detém com a Freguesia de Arcozele, nomeadamente o contrato por escritura pública para exploração de pedreira e o contrato de arrendamento do Telheiro. O novo titular passa a ser MANUEL DA CUNHA FERNANDES, Sociedade Unipessoal, Lda., contribuinte fiscal n.º 510 340 849, com sede no lugar de Vilar da freguesia de Arcozele. -----

Analizada a comunicação, o Executivo da Freguesia deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

- a. Autorizar o pedido formulado pela empresa Fernandes, Cunha & Rodrigues, Lda., para transferir a titularidade do contrato de arrendamento de parcela de terreno para exploração de massas minerais – pedreira, para a empresa MANUEL DA CUNHA FERNANDES, Sociedade Unipessoal, Lda., contribuinte fiscal n.º 510 340 849, com sede no lugar de Vilar, desta freguesia; -----
- b. Autorizar o pedido formulado pela empresa Fernandes, Cunha & Rodrigues, Lda., para transferir a titularidade do contrato de arrendamento de parcela de terreno para instalação de Telheiro, para a empresa MANUEL DA CUNHA FERNANDES, Sociedade Unipessoal, Lda., contribuinte fiscal n.º 510 340 849, com sede no lugar de Vilar, desta freguesia;
- c. Ter verificado a forma de obrigar a sociedade requerente, pela apresentação de cópia do respetivo pacto social, onde ela se obriga por duas assinaturas de qualquer dos sócios, o que se verifica no requerimento apreciado; -----



FREGUESIA DA VILA DE ARCOZELO

CONCELHO DE PONTE DE LIMA



VILA DE
ARCOZELO
TERRA DO GRANITO DAS PEDRAS FINAS

8
7

- d. Transmitir o teor desta deliberação ao requerente, fazendo-lhe sentir que a partir desta data deve promover as diligências necessárias para a alteração obrigatória do contrato de escritura pública celebrado para a Pedreira e dar andamento a todo o processo de licenciamento para a nova entidade, junto da Direção Regional de Economia do Norte; -
- e. Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que a responsabilidade pelo pagamento das rendas devidas, relativamente à pedreira se mantêm na empresa Fernandes, Cunha & Rodrigues, Lda, até que, nos seja presente, cópia autenticada da transferência da titularidade do contrato celebrado por escritura pública. -----

-----Por ser verdade, me ter sido pedida e para constar, passo a presente certidão, que assino e vai autenticada com o selo branco em uso nesta autarquia. -----

-----Arcozele, 22 de maio de 2017. -----

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO

JOÃO INÁCIO DOS
REIS LOPES BARRETO

Assinado de forma digital por JOÃO
INÁCIO DOS REIS LOPES BARRETO
Dados: 2017.05.22 17:05:24 +01'00'

Joaquim Daniel Correia de Sousa

Certifica:

- ☒ Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com o original.
- ☒ Que foi extraída neste Cartório da Escritura exarada de folhas contos e cinquenta e sete a folhas cem, dos livros de notas para escrituras diversas número trinta e seis e trinta e sete.
- ☐ Que foi extraída neste Cartório do Testamento exarado de folhas — a folhas — do livro de testamentos número —.
- ☐ Que foi extraída neste Cartório do documento arquivado sob o número — do ano de —, do maço de documentos a que se refere a alínea —, do n.º 2 do art.º 28 do Código do Notariado, referente número —.
- ☒ Que ocupa dez folhas, incluindo esta, que têm apostado o selo branco deste Cartório, estão todas elas numeradas, rubricadas, —.

Cartório Notarial, aos 22 de Janeiro de dois mil e sete

Conta:

Art.º 10.º, N.º 7, al. a)	€	<u>16,81</u>
Art.º 10.º, N.º 7, al. b)	€	<u>10,50</u>
I.V.A. %	€	<u>5,74</u>
<u>Retenção</u>	€	<u>5,46</u>
	€	<u>—</u>
	€	<u>—</u>
Total	€	<u>27,58</u>
São €	<u>trinta e sete euros e</u>	
	<u>cinquenta e oito centavos</u>	
Registada sob o n.º	<u>327</u>	em <u>22/01/2007</u>

Por Delegação,

[Assinatura]

150 3 10/7

Joaquim Daniel Correia de Sousa NOTÁRIO
Livro 36-7
Fls. 150
S.P.

**CONCESSÃO DE TERRENO PARA
EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS – PEDREIRA**

_____ No dia vinte e dois de Janeiro de dois mil e sete, no Cartório Notarial de Ponte Lima, sito na avenida António Feijó, da freguesia e concelho de Ponte de Lima, perante mim, Joaquim Daniel Correia de Sousa, respectivo notário, compareceram a outorgar: _____

_____ **Primeiro: Manuel Alves Soares**, casado, natural da freguesia de Arcozelo, deste concelho, onde reside habitualmente no lugar de Agoeiros, e **João Inácio Reis Lopes Barreto**, casado, natural da freguesia e concelho de Vila do Conde, residente habitualmente no lugar de Faldejães, da referida freguesia de Arcozelo, que outorgam na qualidade, respectivamente, de presidente e secretário da Junta e em representação da **freguesia de Arcozelo**, organismo da administração pública deste concelho, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva número 507 356 080, com sede no lugar de Vilar, da indicada freguesia de Arcozelo, qualidade e os necessários poderes para o acto que verifiquei por quatro actas, sendo uma da assembleia geral de compartes, outra da assembleia de freguesia e duas da junta de freguesia de Arcozelo, que se encontram arquivadas como fazendo parte da escritura iniciada a folhas sessenta e cinco, do livro de notas para escrituras diversas número trinta e dois – J, pertencente a este Cartório Notarial, adiante designado por “primeira outorgante”. _____

_____ **Segundo: Manuel da Cunha Fernandes e Joaquim Teixeira da Cunha**, casados, naturais da dita freguesia de Arcozelo, onde residem habitualmente no lugar de Vilar, que outorgam na qualidade de sócios-

3
11
7

87

gerentes e em representação da sociedade comercial por quotas sob a firma “Fernandes, Cunha & Rodrigues, LDA”, com sede no lugar de Vilar, da referida freguesia de Arcozelo, com o número único de matrícula e de identificação fiscal cinco zero cinco nove nove oito quatro um seis, com o capital social de cinco mil e cem euros, qualificação e os necessários poderes para o acto que comprovam com uma certidão de teor da matrícula e de todas as inscrições em vigor, da referida sociedade que me apresentaram e arquivo, adiante designada por “segunda outorgante”. _____

_____ Verifiquei a identidade dos primeiros outorgantes por conhecimento pessoal e a dos segundos outorgantes por exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente, números 6481571, de 25/02/2002; e 7539214, de 02/06/2005, emitidos pelos SIC de Viana do Castelo. _____

_____ Pelos outorgantes, nas respectivas qualidades em que outorgam, foi dito: _____

_____ Que, dando execução ao contrato-promessa assinado no dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, celebram o presente contrato de concessão de terreno para exploração de massas minerais – pedreira, nos termos da alínea b), do artigo 13º, do Decreto-lei nº 270/2001, de 6 de Outubro, para prossecução dos fins que determina o nº 1, do artigo 12º, do mesmo diploma legal, conjugado com o disposto nos artigos 10º e 22º, da Lei nº 68/93, de 4 de Setembro. _____

_____ Que o presente contrato, reciprocamente aceite, rege-se pelas cláusulas seguintes: _____

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objecto)

2 4
12
7

[Handwritten Signature]

Joaquim Daniel Correia de Sousa NOTÁRIO	
Livro	37-1
Fls.	2
<i>[Handwritten Signature]</i>	

_____ 1 – A primeira outorgante é a legítima administradora dum terreno baldio com a área de dezanove mil novecentos e setenta e seis metros quadrados, sito na freguesia de Arcozelo, do concelho de Ponte de Lima, que faz parte integrante dos prédios inscritos na matriz predial sob os artigos 840, 1579, 1582, 1583, 1584 e 1585, rústicos, e 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843 e 844, urbanos, assinalado numa das duas plantas anexas que arquivo com a designação de “12”. _____

_____ 2 – Que, pelo presente contrato, a primeira outorgante cede à segunda outorgante a parcela de terreno referida no número anterior e que se destina à implantação por esta de uma exploração de massas minerais numa área efectiva de dezoito mil e setenta e seis metros quadrados e ao depósito de escombros numa área de mil e novecentos metros quadrados. _

_____ 3 – A área acima mencionada, destinada ao depósito de escombros, não pode ter outra utilização para além daquela, e, se porventura vierem a ser propostas para uma outra utilização, nomeadamente: o estabelecimento de transformação; centrais de britagem / lavagem e classificação de areias; oficinas de corte e polimento; oficinas de cantaria ou produção de cubo e / ou perpianho, estas utilizações terão que ser autorizadas pela Junta de Freguesia e o preço a pagar pela área a afectar às mesmas será revisto, sendo estas alterações à escritura pública feitas em documento complementar. _____

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo da concessão)

_____ O presente contrato é celebrado pelos prazos mínimos e com as renovações previstas no Decreto-lei número 270 / 2001, de 6 de Outubro,

5
13
7

AX

nos termos da alínea b) do artigo 13º, podendo, de acordo como o mesmo diploma: _____

_____ a) caducar nos termos dos artigos 16º e 18º; _____

_____ b) cessar nos termos do artigo 39º; _____

_____ c) ser objecto de denúncia nos termos dos artigos 16º e 17º; _____

CLÁUSULA TERCEIRA

(Condições de exploração)

_____ 1 – A exploração da pedra é feita a céu aberto. _____

_____ 2 – A segunda outorgante poderá vedar, a expensas suas, a área cedida neste contrato. _____

_____ 3 – Fica a segunda outorgante autorizada a instalar no prédio objecto deste contrato uma exploração de massas minerais – pedreira – com anexos exclusivamente afectos à exploração de pedra e desde que, em conformidade com o estabelecido no número seguinte; _____

_____ 4 – É da inteira e exclusiva responsabilidade da segunda outorgante, obter a expensas suas, junto das instâncias competentes para o efeito, todas e quaisquer autorizações, licenças, aprovações, necessárias para a prossecução do objecto do presente contrato, bem como o cumprimento junto dessas instâncias ou de quaisquer outras, de todos os requisitos necessários ao normal e regular funcionamento da exploração, cabendo-lhe a ela, segunda outorgante a assunção de todas as responsabilidades e consequências que, directa ou indirectamente possam resultar da ausência, inexistência, falta, caducidade e invalidade das referidas licenças, autorizações ou demais requisitos necessários; _____

_____ 5 – A segunda outorgante obriga-se perante a primeira outorgante ao

3 6
14

18

JX

Joaquim Daniel Correia de Sousa NOTARIO	
Livro	37-7
Fls.	3
D.P.	

estrito cumprimento do estabelecido no número 1, do artigo 44º, e nos artigos 45º a 48º, do decreto-lei número 270 / 2001, de 6 de Outubro, sob pena de denúncia do contrato e adopção das medidas previstas nos artigos 55º e 56º do mesmo diploma; _____

_____ 6 – A primeira outorgante não pode responder pela deterioração dos acessos às explorações, cabendo exclusivamente à segunda outorgante a responsabilidade pela manutenção da qualidade dos pisos, pela sua substituição se tal se tornar necessário e ainda pela desocupação e desobstrução de todas as vias de forma a que a transitabilidade de materiais e viaturas ocorra normalmente; _____

_____ Parágrafo único: Sempre que assim não aconteça a primeira outorgante procederá à notificação do segundo outorgante para resolver a situação, no prazo de trinta dias a contar da data da notificação, reservando-se o direito de se lhe substituir em caso de incumprimento realizando os trabalhos que forem necessários para resolver a situação e imputando os custos dos mesmos à segunda outorgante; _____

_____ 7 – Sempre que à segunda outorgante pretenda que se proceda ao abate de qualquer árvore localizada na área da exploração, deverá proceder à comunicação desse facto à primeira outorgante para que esta diligencie junto da Direcção Regional de Recursos Florestais no sentido da sua marcação e abate; _____

CLÁUSULA QUARTA

(Preço e pagamento)

_____ 1 – Para efeitos do presente contrato, a taxa a pagar pela concessão da parcela descrita no número um da cláusula primeira é a que resulta da

7
15

AX

aplicação da alínea a), do artigo 21º, ~~e~~ alínea g), do artigo 22º, da Lei número 42 / 88, de 6 de Agosto, aprovada em reunião da Junta de Freguesia e em sessão ordinária da Assembleia de freguesia de trinta de Abril de dois mil e dois, nos termos da alínea d), do número 2, do artigo 17º, da lei número 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei número 5 – A / 2002, de 11 de Janeiro e que representa: _____

_____ a) terreno destinado à exploração – 0,25€/m² (vinte e cinco centimos por metro quadrado). _____

_____ b) terreno destinado ao depósito de escombros – 0,15€/m² (quinze centimos por metro quadrado). _____

_____ c) terreno afecto à área de depósito de escombros que venha a ser proposto e autorizado para utilização em actividades de transformação e afins, de acordo com o número três da cláusula primeira – 0,50€/m² (cinquenta centimos por metro quadrado), de acordo com o deliberado em reunião da Junta de freguesia de onze de Abril de dois mil e seis e ratificado pela Assembleia de Freguesia em vinte e oito de Abril de dois mil e seis; _____

_____ 2 – A segunda outorgante procederá ao pagamento das rendas referentes a este contrato, na sede da Junta de Freguesia, durante o mês de Abril de cada ano, levando em consideração o seguinte: _____

_____ a) A segunda outorgante poderá optar pelo pagamento em duodécimos, devendo proceder ao pagamento respectivo até ao oitavo dia do mês anterior àquele a que diz respeito; _____

_____ Parágrafo único: A não regularização do pagamento dentro dos prazos estabelecidos no número dois desta cláusula impõe um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor devido nos termos do contrato e

48
16
7

[Handwritten signature]

Joaquim Daniel Correia de Sousa NOTÁRIO	
Livro	377
Fls.	4
<i>[Handwritten signature]</i>	

que será solvível nos 30 (trinta) dias imediatos. Findo este prazo haverá motivo para a denúncia do presente contrato, garantindo a cobrança da dívida existente; _____

_____ 3 – A actualização da renda inicial prevista neste contrato far-se-á, durante a vigência do mesmo, anualmente, pela aplicação do coeficiente de actualização legal aplicável aos arrendamentos comerciais. A primeira actualização será efectuada um ano após a assinatura do presente contrato, sucedendo-lhe, anualmente, as actualizações subsequentes durante a vigência do mesmo. _____

_____ 4 – A renda decorrente da aplicação da taxa a pagar pela cedência de terrenos prevista no presente contrato, de acordo e nos termos do disposto no ponto número 1 da presente cláusula, está isenta de pagamento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), nos termos do número 3, do artigo 33º, da Lei número 42 / 98, de 6 de Agosto, revista e do ponto 1.2 do número 2, do artigo 2º, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (C.I.V.A); _____

CLÁUSULA QUINTA

(Cessão de posição contratual)

_____ Para efeitos de transmissão da posição contratual observar-se-á o disposto no artigo 15º, do Decreto-lei número 270 / 2001, de 6 de Outubro;

CLÁUSULA SEXTA

(Obras e benfeitorias)

_____ Todas as obras e/ou benfeitorias feitas pela segunda outorgante na parcela objecto deste contrato, que nele se incorporem e pela sua natureza não possam ser levantadas, serão propriedade da primeira outorgante, após

9
17
7

AX

a cessação do contrato sem que daí resulte o pagamento de qualquer tipo de indemnização por parte da primeira outorgante; _____

CLÁUSULA SÉTIMA

(Plano de Recuperação Ambiental)

_____ Verificando-se a extinção ou a cessação do presente contrato, a segunda outorgante deverá proceder à recuperação da área da pedreira de acordo com o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (P.A.R.P.) aprovado e de acordo com as disposições do artigo 49º, do Decreto-lei número 270/2001, de 6 de Outubro, sendo de atender ao disposto no número 2, do artigo 18º e ainda à observância do disposto nos artigos 55º a 58º, do mesmo diploma. _____

CLÁUSULA OITAVA

(Omissões)

_____ O presente contrato rege-se, em tudo o que for omissso, pelo Decreto-lei número 270/2001, de 6 de Outubro e demais legislação aplicável. _____

CLÁUSULA NONA

(Foro competente)

_____ Em caso de litígio emergente da interpretação ou aplicação deste contrato, incumprimento do seu clausulado contratual, aceite pelas partes, é competente o tribunal Judicial da Comarca de Ponte de Lima, com expressa renúncia dos outorgantes a foros especiais. _____

CLÁUSULA DÉCIMA

(Domicilio convencional)

_____ 1 – Fica expressamente acordado que a correspondência trocada

18

Joaquim Daniel Correia de Sousa NOTÁRIO	
Livro	37-7
Fls.	5
2.4	

entre os outorgantes deverá ser feita para as moradas constantes neste contrato, as quais são igualmente válidas para efeitos de citação ou notificações judiciais decorrentes do presente contrato; _____

____ 2 – Qualquer alteração à morada acima convencionada deverá ser comunicada ao outro outorgante, por carta registada, com aviso de recepção, no prazo máximo de dois dias contados da data da mudança, sob pena de se considerar esta como não efectuada, com todas as consequências legais aplicáveis que de tal facto possam advir. _____

____ Que atribuem a este contrato o valor de **dezanove mil duzentos e dezasseis euros**. _____

____ Assim o disseram e outorgaram. _____

____ Exibiram-me: _____

____ a) uma certidão de teor e valor patrimonial emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte de Lima em 16/11/2006; _____

____ b) o indicado contrato-promessa de concessão de terreno para exploração de massas minerais – pedreira, datado de 29/12/2006; _____

____ Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado em voz alta aos outorgantes, na presença simultânea de todos os intervenientes. _____

Carneiro Soares
Paulo Cunha Fernandes
Joaquim Teixeira da Cunha
O Notário, *Joaquim Daniel Correia de Sousa*

Conta Registada sob o nº 327-2

Foi liquidado neste acto o imposto de selo no montante de 25,00 € e em



Pedreiras da Portela

Projecto Integrado

Área da parcela= ± 110.700 m2

Área explorável= ± 88.300 m2

Área de cada lote= ± 20.550 m2

	Lote 21 - Manuel Cunha Fernandes, Sociedade Unipessoal, Lda
	Lote 20 - João Amorim & Carones, Lda
	Lote 19 - Fernandes & Matos - Granitos e Cantarias do Lima, Lda
	Lote 18 - Vitipedras, Lda
	Lote 17 - Louro, José Manuel Lima Monteiro Unipessoal, Lda
	Zonas de protecção e margens de defesa (24.100 m2)

Coordenadas rectangulares planas no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central

Lote 21		Lote 19	
1 - X=-39252.9563 Y=236072.3011		1 - X=-39281.8116 Y=235963.7626	
2 - X=-39235.9494 Y=236129.0665		2 - X=-39273.0220 Y=236005.3263	
3 - X=-39191.2325 Y=236146.8305		3 - X=-39269.6259 Y=236016.6616	
4 - X=-39159.7752 Y=236163.0088		4 - X=-38973.3982 Y=236021.7146	
5 - X=-39107.6062 Y=236171.5850		5 - X=-38983.9427 Y=235937.1633	
6 - X=-39078.2930 Y=236200.5980			
7 - X=-39046.3001 Y=236219.3486		Lote 18	
8 - X=-38980.0649 Y=236129.4466		1 - X=-39293.1510 Y=235910.1412	
9 - X=-38976.6675 Y=236108.7043		2 - X=-39281.8116 Y=235963.7626	
		3 - X=-38983.9427 Y=235937.1633	
		4 - X=-38994.0808 Y=235855.8714	
Lote 20		Lote 17	
1 - X=-39269.6259 Y=236016.6616		1 - X=-39304.7550 Y=235855.2692	
2 - X=-39252.9563 Y=236072.3011		2 - X=-39293.1510 Y=235910.1412	
3 - X=-38976.6675 Y=236108.7043		3 - X=-38994.0808 Y=235855.8714	
4 - X=-38968.6524 Y=236059.7691		4 - X=-39003.8011 Y=235777.9287	
5 - X=-38973.3982 Y=236021.7146			

	Especialidade: Levantamento Topográfico	Escala: 1/2 000		Desenho:
	Requerente: Manuel Cunha Fernandes, Sociedade Unipessoal, Lda			Portela-C
	Local: Tendeiros - Arcozelo - Ponte de Lima			Junho 2017
	Empresa: Topogab, Gabinete de Topografia Lda			
Rua Dr. Cassiano Batista, nº168 - 4990-79 Ponte de Lima (telf/fax : 258 743 823 - e-mail: topogab@gmail.com)				

D E S P A C H O

20
8

Conforme
Notifique-se conforme o teor
da informação.

26/06/2017
O Vereador

Vasco Ferraz

Processo nº: 300/17 Data de Entrada: OITO de JUNHO de 2017

Requerimento nº: 6213/17

Requerente Principal: MANUEL CUNHA FERNANDES - SOC. UNIPESSOAL, LDA

Localização da Obra: LUGAR DE PORTELA - ARCOZELO

I N F O R M A Ç Ã O T É C N I C A

Manuel Cunha Fernandes Sociedade Unipessoal Ld.ª, pessoa coletiva 510 340 849, solicita o reconhecimento do Interesse Público Municipal para a legalização da área assinalada na planta de localização onde exerce a exploração de massas minerais pedreiras localizada no lugar da Portela, freguesia de Arcozele, ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de Novembro que estabelece com carácter extraordinário o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade.

A presente exploração industrial está enquadrada no Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima em área classificada como Reserva Ecológica Nacional, segundo a Planta de Condicionantes e Área para Exploração de Recursos Geológicos, segundo a Planta de Ordenamento, e a atividade exercida é a exploração de Granito.

Pelo referido sou de parecer que é do interesse público Municipal a presente exploração, com base no art.º 5º alínea a) do Decreto-lei 165/2014, de 5 de Novembro, para efeitos da emissão da Declaração de Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal.

Deve contudo notificar-se o requerente a apresentar o levantamento topográfico em suporte digital.

À Consideração Superior,

2017/06/23

O Técnico

F. Ant. Redondo Ferreira
(FERNANDO ANTONIO REDONDO FERREIRA)

ferreira

15/06
2017-06-26
[Assinatura]

Ex. mo Senhor
Representante Legal da Sociedade
Manuel Cunha Fernandes - Soc. Unipessoal,
Ld^a.
Rua de Vilar
4990-262 Ponte de Lima

Assunto: Informação referente ao processo de obras n.º 300/17

Requerente: Manuel Cunha Fernandes - Soc. Unipessoal, Ld^a.

Local da Obra: Lugar de Portela - Arcozelo


Notificação n.º: 1454/17

Relacionado com o processo de obras referido em epígrafe, vimos informar V.Ex^a que, em 26 de junho corrente, foi proferido pelo Vereador da Área de Obras Particulares e Urbanismo, Engenheiro Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz, com competência delegada nos termos do despacho n.º 30/2013 de 22 de outubro, do Presidente da Câmara, despacho de concordância com o teor da informação prestada pela Divisão de Obras e Urbanismo, da qual se envia fotocópia.

Nos termos do mesmo despacho notifica-se V.Ex.^a a apresentar o levantamento topográfico em suporte digital, de acordo com a referida informação.

Com os melhores cumprimentos.

Por delegação de assinatura
(Despacho n.º 19/13 de 22 de outubro)
Chefe de Divisão Municipal/DOU



(Nuno Amorim - Eng.º)

/SF Anexo:1

Tipo de Registo: Saída
N.º de Registo: 4670/2017
Data de Registo: 27-06-2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Ponte de Lima

22
7

MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	
ENTRADAS	
Requerimentos / Obras	
Nº <u>6738</u>	Em <u>18/07/2017</u>

Manu

Manuel Cunha Fernandes – Sociedade Unipessoal, Lda, contribuinte fiscal n.º 510 340 849, com sede na Rua de Vilar da Vila de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima, representada pelo sócio-gerente Manuel Cunha Fernandes, vem em resposta à notificação n.º 1454/17 (processo n.º 300/17), registada sob o n.º 4670 datada de 27/06/2017, apresentar o levantamento topográfico em suporte digital.

Assim me subscrevo, com os melhores cumprimentos.

Ponte de Lima, 17 de Julho de 2017.

O requerente,
Manuel Cunha Fernandes, Soc. Unip. Lda
Sociedade Unipessoal por Quotas
Cap. Soc. 5000€
NIPC: 510 340 849
Tel/Fax 258 745 203
Lugar Vilar - ARCOZELO
4990-262 Ponte de Lima

Unip 4383
20,20 €
18/07/2017
Manu

D E S P A C H O

do Sr. Presidente para a aprovação
em reunião de comissões e posterior
aprovação em Assembleia Municipal.
09/08/2017

[Assinatura]

61 - de frente - 11
de frente - 11

23
7

Processo nº: 300/17 Data de Entrada: DEZOITO de JULHO de 2017
Requerimento nº: 6738/17

15.01.18

Requerente Principal: MANUEL CUNHA FERNANDES - SOC. UNIPessoal, LDA
Localização da Obra: LUGAR DE PORTELA - ARCOZELO

I N F O R M A Ç Ã O T É C N I C A

O requerente vem em resposta à notificação nº 1454/17 de 27 de Junho, apresentar o levantamento topográfico em suporte digital referente à pedreira da Firma Manuel Cunha Fernandes- Sociedade Unipessoal, Lda., dando assim cumprimento à referida notificação.

À Consideração Superior,

2017/07/21

O Técnico

[Assinatura]
(FERNANDO ANTONIO REDONDO FERREIRA)

Sr. Presidente
Em cumprimento ao seu anterior despacho
ferreira apresenta que a pedreira
de interesse público Municipal deverá
estar em conformidade no cumprimento dos
limites estabelecidos no plano de intervenção
em espaço rural, tanto no seu limite
geométrico, como no limite entre indústrias
ou unidades de exploração, que se encontram
em aprovação, bem como no cumprimento
de imediato do seu Regulamento nas suas
diversas partes, pelo que o mesmo deverá
ser distribuído juntamente com as
emissão desta pedreira de interesse
público Municipal, e a mesma
poderá ser aprovada. 15/01/2018

[Assinatura]

*visto...
Mantém-se o parecer prestado já em
2017-06-23, folha 20.
2017-07-29*

[Assinatura]

DELIBERAÇÃO

___2.7 - PROCESSO DIVERSOS Nº 300/17 – Requerente: Manuel Cunha Fernandes Sociedade Unipessoal, Lda. – Local da Obra: Lugar de Portela na freguesia de Arcozelo – Presente uma informação técnica a propor a aprovação do Interesse Público Municipal da instalação industrial, com base na alínea a) do art.º 5 do DL 165/2014 de 05 de novembro. A Câmara Municipal deliberou por unanimidade considerando a informação técnica prestada, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da instalação industrial, relativa ao processo diversos n.º 300/17, requerida por Manuel Cunha Fernandes Sociedade Unipessoal, Lda., condicionada ao cumprimento dos limites estabelecidos no plano de intervenção em espaço rural, tanto do seu limite global, como do seu limite entre industriais ou unidades de exploração, que se encontra em aprovação, bem como ao cumprimento de imediato do seu regulamento na sua redação atual, de acordo com o disposto na alínea a) do art.º 5 do DL 165/2014 de 05 de novembro._____

Reunião de Câmara Municipal de 29 de janeiro de 2018,

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,


Sofia Velho/Dra.